



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS — MK/LA/RV



Processo nº: 18.416/11 (a)

Apenso nº: 040.001.645/10 (2 volumes)

Origem: Administração Regional do Setor Complementar de Indústria e Abastecimento – RA XXV

Assunto: Tomada de Contas Anual

Órgão Técnico: Secretaria de Contas

MP: Procurador MARCOS FELIPE PINHEIRO LIMA

Sessão: Pauta nº 21, S.O. nº 4678, de 3.4.2014

Publicação: DODF nº 64, de 31.3.2014, pág. 18

Ementa: Tomada de Contas Anual dos Ordenadores de Despesa, Agentes de Material e demais responsáveis da Administração Regional do Setor Complementar de Indústria e Abastecimento – RA XXV, referente ao exercício de 2009. O CONTROLE INTERNO atestou a irregularidade das contas. NO TRIBUNAL os PARECERES são DIVERGENTES. A Instrução sugere a regularidade das contas de alguns responsáveis e a audiência de outros. O Ministério Público endossa a proposta do Corpo Técnico, com acréscimo quanto às falhas merecedoras de esclarecimentos. VOTO de acordo com o douto **Parquet**.

RELATÓRIO

Cuidam os autos da Tomada de Contas Anual dos Ordenadores de Despesa, Agentes de Material e demais responsáveis da Administração Regional do Setor Complementar de Indústria e Abastecimento – RA XXV, referente ao exercício de 2009.

2. Os responsáveis pela jurisdicionada no período indicado estão elencados no quadro a seguir:

NOME	CARGO/FUNÇÃO	PERÍODO
Elizabete Guilherme Raimundo	Administradora Regional	1º.1 a 11.8.2009
Antônio Luiz Barbosa	Administrador Regional	12.8 a 1º.12.2009



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS — MK/LA/RV



Abrão Moreira da Silva	Administrador Regional Respondendo	– 2.12 a 08.12.2009
Alceu Prestes de Mattos	Administrador Regional	9.12 a 31.12.2009
Haroldo Alberto Matos Pereira	Diretor de Administração Geral	1º.1 a 4.3.2009
Mariela Palmeira de Oliveira	Diretora de Administração Geral	5.3 a 26.11.2009
José Genivaldo de Sousa da Silva	Diretor de Administração Geral	27.11 a 31.12.2009
Aluizio Castro Coelho	Chefe do Núcleo de Mat., Patrimônio e Próprios	01.01 a 24.02.2009 07.03 a 05.07.2009 26.07 a 24.09.2009
Alex Pereira Gomes	Chefe do Núcleo de Mat., Patrimônio e Próprios/Substituto	25.02 a 06.03.2009 06.07 a 25.07.2009
	Chefe do Núcleo de Mat., Patrimônio e Próprios	25.09 a 31.12.2009

3. A síntese dos Demonstrativos de Execução das Despesas está discriminada no quadro abaixo:

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
Dotação Inicial	886.927,00
Alterações	60.000,00
Movimentação de Crédito	416.900,00
Dotação Autorizada	1.363.827,00
Crédito Bloqueado	0,00
Despesa Autorizada	1.363.827,00
Total Empenhado	884.051,83
Pré Empenhado	0,00
Crédito Disponível	479.775,17
Empenho a Liquidar	0,00
Empenho Liquidado	884.051,83
Total Pago	883.360,23
Empenhos a Pagar	640,60

4. O Controle Interno atestou a irregularidade das contas, conforme Certificado de Auditoria nº 49/2011-DIRAG/CONT (fls. 260/261 do Processo nº 040.001.645/2010).

MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO INSTRUTIVO:

5. O Corpo Técnico, por meio da Informação nº 169/2013 (fls. 120/133), tece as seguintes considerações acerca da matéria:

“3. EXAME FORMAL

3.1. DOCUMENTAÇÃO DA TCA (PT – I, fls. 107/109).

☒ Atendeu plenamente às exigências da legislação pertinente.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS — MK/LA/RV

Fls.:
Proc.: 18.416/11
Rubrica

- ☐ Não atendeu às exigências da legislação pertinente.
- ☐ Atendeu parcialmente às exigências da legislação pertinente.

3.2. PRAZOS DE ENTREGA (PT – II, fls. 110/111).

À Controladoria: ☒ tempestivo ☐ intempestivo

AO TCDF: ☐ tempestivo ☐ intempestivo

3.2.1 O controle do prazo de envio destas contas ao Tribunal foi efetuado no Processo nº 8916/2012, conforme mencionado no item 1.2 do PT II, fl. 110/111.

3.3. ATENDIMENTO DAS EXIGÊNCIAS REGIMENTAIS (PT– II, fls. 110/111).

- ☐ Foram atendidas plenamente as exigências regimentais.
- ☐ Não foram atendidas as exigências regimentais.
- ☒ Foram atendidas parcialmente as exigências regimentais.

3.3.1 A Secretaria de Transparência e Controle deixou de informar quanto às TCEs de valor inferior ao previsto na Res. 181/2007 e art. 14 da Res. 102/1998. Entretanto, consta da TCA 2010, fls. 159/160 do Processo nº 040.000992/2011, a informação de que não existem processos de TCE da jurisdição da Corte de Contas nesse sentido.

4. PRONUNCIAMENTO DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

4.1. GERÊNCIA DE TOMADA DE CONTAS (fls. 4-14*)

- ☐ Não foi apresentado.
- ☒ Não apontou a existência de impropriedades.

☐ Indicou impropriedades pendentes de regularização.

4.1.1. O organizador desta TCA concluiu pela regularidade das contas dos ordenadores de despesas e demais responsáveis concernente à Região Administrativa XXV – Setor Complementar de Indústria e Abastecimento, relativa ao exercício de 2009, considerando os responsáveis quites com a Fazenda Pública do Distrito Federal.

4.2. DIRETORIA GERAL DE CONTABILIDADE (fls. 189-193*)

- ☐ Não foi apresentado.
- ☐ Não apontou a existência de impropriedades.
- ☒ Indicou impropriedades pendentes de regularização.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS – MK/LA/RV



4.2.1. A Diretoria Geral de Contabilidade – DIGEC, por seu Núcleo de Administrações Regionais, apresentou algumas considerações sobre as contas contábeis que destacamos a seguir.

4.2.2. Acerca da conta contábil 112192500 – Permissionários a Receber, alertou quanto a obrigatoriedade de registro, conciliação e acompanhamento. A falha foi relatada nos subitens 2.1 e 4.4.1 do Relatório de Auditoria nº 49/2011 – CONT/DIRAG, fls. 229-v e 257-v a 258*. Acerca das impropriedades, a jurisdicionada informou que constam pendências de regularização dos feirantes e proprietários de quiosques, a cargo da Coordenadoria das Cidades. Além disso, informou que o recolhimento dos pagamentos da taxa de ocupação da área pública estão a cargo da Agência de Fiscalização do Distrito Federal – AGEFIS. Sobre o assunto, o órgão de Controle Interno recomendou à RA XXV que realize o controle dos quiosques, trailers e similares, pois é de sua competência a emissão das licenças de funcionamento, conforme a Lei Distrital nº 4.457/2009. Conforme consulta ao SIGGO, verificamos que a conta-contábil permanece com o saldo zerado, fl. 100. Entretanto, verificamos que a área encontra-se em processo de regularização dos permissionários, motivo pelo qual o assunto poderá ser acompanhado nos próximos trabalhos do órgão de Controle Interno.

4.2.3. Quanto à conta 19973xxxx – Contratos com Terceiros, verificamos a ocorrência de pendências de regularização, fl. 191*. Tais saldos foram transpostos para as contas contábeis 712310200 e 712310800, respectivamente, Contratos de Serviços e Contratos de Obras. Nessas contas, verificamos a manutenção somente do saldo do contrato registrado sob o número 016037, fls. 101/102. Ainda, pela análise da tabela PSIAT 185, fl. 103, verificamos que permanecem ativados 05 daqueles contratos indicados como vencidos: códigos nºs 013983, 014749, 015855, 016037 e 016173. Dessa forma, pela regularização parcial, entendemos que o assunto poderá ser acompanhado nas próximas contas anuais.

4.2.4 Além disso, a conta-contábil 211140200 – ISS Retenção, apresentou o saldo de R\$ 8.531,75, em dezembro de 2009. Atualmente, encontra-se regularizada, conforme consulta ao SIGGO de fl. 104.

4.2.4. Já a conta contábil 212160201 – Restos a Pagar Não Processados a Liquidar, os saldos ali existentes são do exercício de 2012, conforme consulta ao SIGGO juntada às fls. 105 a 106. Portanto, encontra-se regularizada quanto aos saldos apurados no exercício de 2009.

4.3. DIRETORIA GERAL DE PATRIMÔNIO (fls. 120-127*)

☐ Não foi apresentado



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS — MK/LA/RV

Fls.:
Proc.: 18.416/11
Rubrica

☐ Não apontou a existência de impropriedades

☒ Indicou impropriedades pendentes de regularização

4.3.1. Conforme Relatório – Bens Móveis nº 32/2010-NUREP-GERES-DGPAT-SUPRI/SEPLAG, fl. 122/124*, informou que não foram localizados 45 bens móveis, conforme registro da comissão inventariante, para os quais recomendou as providências contidas na Resolução nº 102/1998/TCDF. Assim, a Corte poderá determinar à RA XXV que informe se foram adotadas as providências cabíveis quanto aos bens não localizados.

4.3.2 Consta do Relatório – Bens Imóveis nº 20/2010-NUREI/GEOPA/DGPAT/SUPRI/SEPLAG, fl. 125/126*, impropriedades referentes a imóveis a regularizar (código 90), de exercícios anteriores ao presente exame, e de obras em andamento, atinentes a obras não concluídas. Portanto, não demanda providências a serem determinadas pela Corte de Contas, podendo a regularização ser verificada em TCAs subsequentes.

4.4. CONTROLADORIA

4.4.1. RELATÓRIO/CERTIFICADO DE AUDITORIA (fls. 228/261*)

☐ Regularidade

☐ Regularidade com ressalvas

☒ Irregularidade

4.4.2. O Controle Interno do Distrito Federal concluiu o Relatório de Auditoria nº 49/2011-CONT/DIRAG, nos seguintes termos (fl. 259-v*):

“Em face dos exames realizados e considerando as irregularidades constantes dos subitens 3.1.1.1.2, 3.1.1.1.4, 3.1.1.1.5, 3.1.1.1.6, 3.1.1.2.2, 3.1.1.2.3, 3.1.1.2.4, 3.1.1.2.5, 3.1.1.2.6, 3.1.1.2.7, 3.1.1.2.8, 3.1.1.2.9, 3.1.1.2.10, 3.1.1.2.11, 3.1.1.3.1, 3.1.1.3.2, 3.1.1.4.1, 3.1.1.4.8, 3.1.1.5.1, 3.1.1.5.2, 3.1.1.5.3, 3.1.1.5.4, 3.1.1.6.1, 3.1.1.6.2, 3.1.1.6.3, 3.1.1.6.4, e as ressalvas dos subitens 2.1, 2.2, 2.4.2, 2.4.3, 3.1.1.1.1, 3.1.1.2.1, 3.1.1.1.3, 3.1.1.4.2, 3.1.1.4.3, 3.1.1.4.4, 3.1.1.4.5, 3.1.1.4.6, 3.1.1.4.7, 4.1.1, 4.2.2, 4.2.3, 4.3.1, 4.3.2, 4.3.3.2, 4.3.4, 4.4.1, 5.1, 5.2, 6, 7 e 8, as quais comprometeram a administração dos gestores e causaram prejuízos à Fazenda do Distrito Federal, no período a que se refere o presente processo, concluímos pela IRREGULARIDADE das contas, emitindo o Certificado de Auditoria anexo a este Relatório”.

4.4.3. Em nosso exame sobre os pontos em questão, concordamos



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS — MK/LA/RV

Fls.:

Proc.: 18.416/11

Rubrica

com os exatos termos indicados pelo órgão de Controle Interno, os quais ensejam irregularidades e ressalvas às contas dos responsáveis da RA-XXV, a menos das divergências apontadas no PT-III, fls. 112 a 118, acerca dos subitens 3.1.1.1.6, 3.1.1.2.3, 3.1.1.2.8, 3.1.1.2.9, 3.1.1.4.2, 3.1.1.4.3, 3.1.1.4.5, 3.1.1.4.6, 4.3.1, 4.3.3.2, 5.2, 6 e 7 do Relatório de Auditoria nº 49/2011-CONT/DIRAG.

4.4.4. Assim, quanto aos subitens 2.4.3, 3.1.1.1.6, 3.1.1.2.8, 3.1.1.2.9, 3.1.1.4.2, 4.1.1, 4.2.2, 4.2.3, 4.3.1, 4.3.3.2, 5.2, 6 e 7 do mencionado Relatório de Auditoria (fls. 228/259*), discordamos da indicação da irregularidade e ressalva pelo Controle Interno por entender que não deverão macular estas contas anuais, devido à baixa relevância daqueles subitens sobre a gestão, conforme apontado no Papel de Trabalho III, fls. 112 a 118.

4.4.5. Com relação aos subitens 3.1.1.2.3 e 3.1.1.2.8, com a indicação de irregularidade às contas pelo Controle Interno, entendemos que o ato inquinado tem menor relevância, devendo ensejar ressalva às contas de gestão.

4.4.6. Relativamente aos subitens 3.1.1.4.3, 3.1.1.4.5 e 3.1.1.4.6, cuja indicação pelo Controle Interno foi de ressalva às contas, compreendemos que as falhas têm maior gravidade, podendo comprometer a regularidade da gestão, conforme mencionado no PT III, fls. 112 a 119.

4.4.7. Com isso, entendemos que os pontos de maior relevância para o julgamento dessas contas são os subitens 3.1.1.1.2, 3.1.1.1.4, 3.1.1.1.5, 3.1.1.2.4, 3.1.1.2.5, 3.1.1.2.6, 3.1.1.2.7, 3.1.1.2.10, 3.1.1.2.11, 3.1.1.3.1, 3.1.1.3.2, 3.1.1.4.1, 3.1.1.4.3, 3.1.1.4.5, 3.1.1.4.6, 3.1.1.4.8, 3.1.1.5.1, 3.1.1.5.2, 3.1.1.5.3, 3.1.1.5.4, 3.1.1.6.1, 3.1.1.6.2, 3.1.1.6.3 e 3.1.1.6.4 do Relatório de Auditoria nº 49/2011-CONT/DIRAG (fls. 228/259*), os quais podem ensejar a irregularidade das contas em exame, a seguir transcritos:

SUBITENS	DESCRIÇÃO
3.1.1.1.2	Ausência de documento de homologação e adjudicação por autoridade competente.
3.1.1.1.4	Emissão de nota fiscal anterior à nota de empenho.
3.1.1.1.5	Ausência de projeto básico.
3.1.1.2.4	Ausência de pesquisa prévia de preços e de orçamento detalhado em planilhas.
3.1.1.2.5	Ausência de atesto da nota fiscal por autoridade competente.
3.1.1.2.6	Irregularidades na justificativa das contratações por meio de dispensa de licitação baseadas na Lei nº 8.666/1993 e Decretos nº 10.520/2002 e 5.504/2005.
3.1.1.2.7	Ausência de projeto básico e ausência de contrato de dispensa de licitação.
3.1.1.2.10	Falta de critérios e justificativas para a escolha das mudas utilizadas no projeto de paisagismo.
3.1.1.2.11	Composição do BDI incorreta.
3.1.1.3.1	Ausência de relatórios de acompanhamento do contrato elaborados pelo executor e do termo de recebimento definitivo.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS – MK/LA/RV

Fls.:

Proc.: 18.416/11

Rubrica

3.1.1.3.2	Irregularidades no recebimento definitivo da implantação do paisagismo.
3.1.1.4.1	Fracionamento de licitação de objetos de mesma natureza.
3.1.1.4.3	Ausência de pesquisa prévia de preços nas modalidades convite e dispensa.
3.1.1.4.5	Não observância de aspectos formais na condução dos procedimentos licitatórios.
3.1.1.4.6	Ausência de recolhimento de caução em garantia contratual.
3.1.1.4.8	Inclusão, aceite e pagamento de itens da composição de despesa indireta.
3.1.1.5.1	Irregularidades no recebimento definitivo da obra de construção do galpão do artesanato.
3.1.1.5.2	Irregularidades no recebimento definitivo da obra de construção abrigo para ônibus.
3.1.1.5.3	Irregularidades na obra de construção do módulo “B” da Administração Regional do SCIA – RAXXV.
3.1.1.5.4	Irregularidades no recebimento definitivo da obra de construção do galpão para horta comunitária.
3.1.1.6.1	Impropriedades na elaboração do projeto básico.
3.1.1.6.2	Ausência ou falhas nas justificativas para a contratação por meio de inexigibilidade de licitação.
3.1.1.6.3	Irregularidades nas declarações de exclusividades.
3.1.1.6.4	Fraude em documentação relativa ao estatuto social do sindicato dos músicos do Distrito Federal.

4.4.8. Por sua vez, superadas as irregularidades acima, entendemos que os subitens 2.1, 2.2, 2.4.2, 3.1.1.1.1, 3.1.1.1.3, 3.1.1.2.1, 3.1.1.2.2, 3.1.1.2.3, 3.1.1.2.8, 3.1.1.4.4, 3.1.1.4.7, 4.3.2, 4.3.4, 4.4.1, 5.1 e 8 do Relatório de Auditoria nº 49/2011-CONT/DIRAG (fls. 228/259), a seguir ensejam oposição de ressalvas às contas:*

SUBITENS	DESCRIÇÃO
2.1	A conta contábil Permissionários a Receber sem registro e acompanhamento.
2.2	Contratos com terceiros com pendências.
2.4.2	Dívidas com pessoal pendentes de regularização.
3.1.1.1.1	Falhas formais no procedimento de autuação, protocolo e assinatura do processo.
3.1.1.1.3	Comprovantes de débitos da contratada perante órgãos públicos.
3.1.1.2.1	Falhas na autuação, protocolo e assinatura de processo.
3.1.1.2.2	Ausência de justificativa para a contratação do bem ou serviço e impropriedades na caracterização do objeto.
3.1.1.2.3	Débitos vencidos perante a Fazenda do DF e débitos relativos a tributos administrativos perante a FRB.
3.1.1.2.8	Impropriedades em notas de empenho,
3.1.1.4.4	Erros na numeração das folhas dos processos e ausência de numeração.
3.1.1.4.7	Ausência de comprovação de aquisição de materiais no pagamento de obras de engenharia.
4.3.2	Débitos vencidos perante a Fazenda do DF e débitos inscritos na Dívida Ativa da União referente aos pagamentos realizados à Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal no exercício de 2009.
4.3.4	Ausência de acompanhamento dos serviços de limpeza, conservação e vigilância armada.
4.4.1	Ausência do controle dos permissionários de área pública.
5.1	Demonstrativo da força de trabalho incompleto.
8	Situação dos dirigentes perante os cofres públicos.

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**
GABINETE DO CONSELHEIRO JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS — MK/LA/RV**4.5. RELATÓRIO SOBRE A EFICÁCIA E A EFICIÊNCIA (fls. 262-266*)**

4.5.1. O Controle Interno do Distrito Federal registrou o desempenho da unidade, por meio do Relatório de Eficiência e Eficácia nº 34/2011-DIRAG/CONT, nos seguintes termos:

GESTÃO	EFICÁCIA	EFICIÊNCIA
Orçamentária	Razoavelmente Eficaz	Pouco Eficiente
Financeira	Pouco Eficaz	Pouco Eficiente
Contábil	Pouco Eficaz	Razoavelmente Eficiente
Patrimonial	Pouco Eficaz	Pouco Eficiente

4.5.2. Em que pese a manifestação da STC mostrar-se inconclusiva, reputamos aceitável o atendimento da exigência contida no art. 140, VII, do RI/TCDF, tendo em vista a inexistência de normatização específica desta Corte sobre os parâmetros a serem observados pelo Controle Interno.

5. CONTAS DE AGENTES DE MATERIAL

5.1. Em razão da Emenda Regimental nº 18/2006, que alterou os incisos III e IV do art. 140 e os arts. 141 e 142 do RITCDF, a documentação relativa às contas anuais dos agentes de material passou a integrar o processo de TCA dos ordenadores de despesa. O item 2.2 desta instrução contém o rol dos responsáveis no período em exame. Registre-se que a documentação relacionada à gestão de materiais encontra-se às fls. 129/177*.

5.2 A Comissão de Inventário foi constituída no próprio exercício e apresentou o relatório de fls. 131/135* manifestando-se pela regularidade da gestão dos agentes de material.

5.3 Tendo em conta as conclusões da Comissão de Inventário, do Relatório de Auditoria nº 49/2011-CONT/DIRAG (fls. 228/259*) e as considerações contidas no PT-III (fls. 112-119) não foram verificadas falhas que comprometem a gestão dos agentes de material.

6. SUPRIMENTOS DE FUNDOS

6.1. O organizador destas contas anuais registrou no Relatório/TCA nº 52/2010, fls. 04/14*, subitem 6.4, que, em 2009, a Administração Regional XXV não utilizou suprimento de fundos, conforme demonstrativo à fl. 67*.

7. ATIVIDADES DO CONTROLE EXTERNO**7.1. PROCESSOS COM INFLUÊNCIA NO JULGAMENTO DAS CONTAS**



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS — MK/LA/RV



7.1.1. No Sistema de Protocolo e Acompanhamento Processual desta Corte não constam processos que possam influenciar na apreciação das contas anuais da Administração Regional do SCIA, referentes ao exercício financeiro em exame. Portanto, no presente, não existem apurações em curso capazes de ensejar o sobrestamento do julgamento destas contas.

7.2. SITUAÇÃO DAS CONTAS ANUAIS ANTERIORES

7.2.1. Nos assentamentos desta Corte, verificamos que as TCAs da RA XXV - SCIA, referentes aos exercícios anteriores, relativamente ao seu julgamento, encontram-se na seguinte situação:

EXERCÍCIO	PROCESSO	COMENTÁRIOS
2008	17.916/2011	Sobrestado, até o deslinde do Processo nº 11.929/2009 (Decisão nº 1.278/2013).
2007	19.580/2009	Julgamento regular e regular com ressalvas (Decisão nº 6.354/2010).
2006	23.655/2008	Contas julgadas regulares (Decisão nº 5948/2009).

7.3. DELIBERAÇÕES DO TRIBUNAL PENDENTES DE ATENDIMENTO

7.3.1 Em consulta ao Sistema e-TCDF, não identificamos nenhuma outra decisão dirigida à RA-XXV-SCIA pendente de implementação e exame nesta TCA.

7.4. DEMONSTRATIVOS DE TCEs

7.4.1. O demonstrativo referente às tomadas de contas especiais não foi juntado à presente TCA. Assim, cabe inquirir a STC sobre a existência de tomadas de contas especiais encerradas, instauradas ou em andamento na RA XXV, no exercício de 2009. Entretanto, consta da TCA 2010, fls. 159/160 do Processo nº 040.000992/2011, a informação de que não existem processos de TCE da jurisdicionada no âmbito da STC, motivo pelo qual pode ser dispensada determinação da Corte de Contas nesse sentido.

8. CONCLUSÃO

8.1. As impropriedades apontadas nos autos, mediante o Relatório de Auditoria nº 49/2011-CONT/DIRAG (fls. 228/259*), foram analisadas, havendo a concordância com os exatos termos apontados pelo órgão de Controle Interno, à exceção dos subitens apontados no Papel de Trabalho III, fls. 112 a 118.

8.2. As falhas apontadas nos subitens 2.4.3, 3.1.1.1.6, 3.1.1.2.9, 3.1.1.4.2, 4.1.1, 4.2.2, 4.2.3, 4.3.1, 4.3.3.2, 5.2, 6 e 7 do Relatório de Auditoria nº 49/2011-CONT/DIRAG (fls. 228/259*) não exercem influência no julgamento desta TCA.

8.3. Quanto aos pontos de maior relevância para o julgamento



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS — MK/LA/RV

Fls.:

Proc.: 18.416/11

Rubrica

destas contas anuais, os subitens 3.1.1.1.2, 3.1.1.1.4, 3.1.1.1.5, 3.1.1.2.2, 3.1.1.2.4, 3.1.1.2.5, 3.1.1.2.6, 3.1.1.2.7, 3.1.1.2.10, 3.1.1.2.11, 3.1.1.2.12, 3.1.1.3.1, 3.1.1.3.2, 3.1.1.4.1, 3.1.1.4.3, 3.1.1.4.5, 3.1.1.4.6, 3.1.1.4.8, 3.1.1.5.1, 3.1.1.5.2, 3.1.1.5.3, 3.1.1.5.4, 3.1.1.6.1, 3.1.1.6.2, 3.1.1.6.3 e 3.1.1.6.4, do mencionado Relatório de Auditoria, podem ensejar a irregularidade das contas, motivo pelo qual, os agentes públicos, a seguir indicados, devem ser chamados em audiência para apresentar razões de justificativa:

NOME	CARGO/FUNÇÃO	PERÍODO
Elizabeth Guilherme Raimundo	Administradora Regional	01.01 a 11.08.2009
Antônio Luiz Barbosa	Administrador Regional	12.08 a 01.12.2009
Haroldo Alberto Matos Pereira	Diretor de Administração Geral	01.01 a 04.03.2009
Mariela Palmeira de Oliveira	Diretora de Administração Geral	05.03 a 26.11.2009
José Genivaldo de Sousa da Silva	Diretor de Administração Geral	27.11 a 31.12.2009

8.4. Cabe ressaltar que o Sr. Abrão Moreira da Silva e o Sr. Alceu Prestes de Mattos, relacionados no item 2.1 desta Informação, não deverão ser chamados em audiência para apresentação de razões de justificativa, em face do curto período que estiveram nas funções, na condição de substitutos, e da não identificação de falhas atinentes aos referidos lapsos temporais.

8.5. Superadas as irregularidades mencionadas, os subitens 2.1, 2.2, 2.4.2, 3.1.1.1.1, 3.1.1.1.3, 3.1.1.2.1, 3.1.1.2.3, 3.1.1.2.8, 3.1.1.4.4, 3.1.1.4.7, 4.3.2, 4.3.4, 4.4.1, 5.1 e 8 do Relatório de Auditoria nº 49/2011-CONT/DIRAG (fls. 228/259) poderão ensejar, em momento oportuno, a aposição de ressalvas às contas, nos termos do inciso II do art. 17 da Lei Complementar nº 01/1994.*

8.6 Em momento oportuno, a Corte de Contas poderá considerar regulares as contas dos agentes de material, considerando a análise do § 5.3 desta Informação, bem como as contas dos citados no § 8.4, consoante as justificativas ali expostas.”

6. Concluindo, o Corpo Técnico sugere ao Tribunal:

“I - tomar conhecimento da tomada de contas anual dos gestores e demais responsáveis da Administração Regional do Setor Complementar de Indústria e Abastecimento – RA XXV, referente ao exercício de 2009, objeto do Processo nº 040.001.645/2010;

II - determinar à Administração Regional do Setor Complementar de Indústria e Abastecimento – RA XXV, que, em 30 (trinta) dias, informe se foram adotadas as providências cabíveis, tendo em



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS — MK/LA/RV



vista a constatação no subitem 4.2 do Relatório de Auditoria nº 49/2011-CONT/DIRAG (fls. 228/259 do Processo nº 040.001.645/2010);*

III - nos termos do art. 13, III, da Lei Complementar nº 1/1994, autorizar a audiência dos servidores relacionados no § 8.3 retro, para que, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentem razões de justificativa, quanto às irregularidades aludidas nos subitens 3.1.1.1.2, 3.1.1.1.4, 3.1.1.1.5, 3.1.1.2.2, 3.1.1.2.4, 3.1.1.2.5, 3.1.1.2.6, 3.1.1.2.7, 3.1.1.2.10, 3.1.1.2.11, 3.1.1.2.12, 3.1.1.3.1, 3.1.1.3.2, 3.1.1.4.1, 3.1.1.4.3, 3.1.1.4.5, 3.1.1.4.6, 3.1.1.4.8, 3.1.1.5.1, 3.1.1.5.2, 3.1.1.5.3, 3.1.1.5.4, 3.1.1.6.1, 3.1.1.6.2, 3.1.1.6.3 e 3.1.1.6.4 do Relatório de Auditoria nº 49/2011-CONT/DIRAG (fls. 228/259 do Processo nº 040.001.645/2010), sob pena do julgamento irregular de suas contas, nos termos do art. 17, III, “b”, da LC nº 01/1994, acrescido da multa prevista no art. 57, I, da referida Lei Complementar;

IV - autorizar a devolução dos autos à Secretaria de Contas para as providências cabíveis.”

MANIFESTAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO:

7. O Ministério Público junto a esta Corte de Contas, por meio do Parecer nº 143/2013 (fls. 134/152), da lavra do Procurador MARCOS FELIPE PINHEIRO LIMA, aquiesce parcialmente às sugestões apresentadas pela Unidade Técnica. Do mencionado Parecer destaco o seguinte trecho:

*“9. Preliminarmente, no que diz respeito à ausência do Demonstrativo previsto no art. 14 da Resolução nº 102/1998, **concordo** com a sugestão do Corpo Instrutivo de **releva**r a falha, tendo em conta que, segundo relato da Área Técnica, **inexistem TCE’s** envolvendo a jurisdicionada no âmbito da STC.*

*10. **Acompanho**, ainda, a sugestão da Área Instrutiva para que o e. **Plenário** solicite informações ao jurisdicionado sobre as providências adotadas em relação aos bens não localizados, apontado no **subitem 1.1** do Relatório – Bens Móveis nº 32/2010 – NUREP-GERES-DGPAT-SUPRI/SEPLAG, fls. 122/123*, e **subitem 4.2** do Relatório de Auditoria nº 49/2011 – CONT/DIRAG, fls. 228/259*.*

*11. Todavia, **discordo** que as falhas relacionadas à gestão contábil, trazidas à baila por meio dos **subitens 1.1 e 1.5** do Relatório Contábil Anual – Exercício 2009, fls. 189/194*, não têm o*

* Processo nº 040.001.645/2010, apenso.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS – MK/LA/RV

Fls.:

Proc.: 18.416/11

Rubrica

condão influenciar o julgamento destas contas, pois elas retratam impropriedades formais não regularizadas pela jurisdição. Acrescento que as ocorrências relacionadas ao controle e acompanhamento da **conta contábil nº 112192500 - Permissionários a Receber – e nº 199730201 – Contratos com Terceiros** – também foram abordadas nos **subitem 2.2 e 4.4.1** do Relatório de Auditoria nº 49/2011 – CONT/DIRAG, fls. 228/259*. Sendo assim, uma vez que as falhas contábeis abordadas pela Diretoria Geral de Contabilidade também foram relatadas pelo Controle Interno, o reflexo dessa questão será proposto durante a análise do relatório da STC, que será realizada na sequência deste parecer.

12. Quanto aos achados da STC, destaco que o **subitem 3.1.1.2.12** figura como indicativo de irregularidade nas conclusões do Controle Interno, mas não consta do Relatório de Auditoria nº 49/2011 – CONT/DIRAG, fls. 228/259*, sendo assim, não houve caracterização de falha ou irregularidade. Cabe ressaltar que a Unidade Técnica não se manifestou quanto ao subitem em questão na Informação nº 16/2013 – SECONT/1ª DICONTE, fls. 120/133*.

13. Ainda, quanto ao exame dos atos de gestão do exercício em análise, como bem destacou a Unidade Técnica, entendo que os **subitens 2.4.3, 3.1.1.2.9, 3.1.1.4.2, 4.2.2, 4.2.3, 4.3.1, 6, 7 e 8** do Relatório de Auditoria nº 49/2011 – CONT/DIRAG, fls. 228/259*, **não devem sopesar** sobre o julgamento destas contas anuais. Explico.

14. No que se refere ao **subitem 2.4.3** (dívidas existentes na unidade), conforme descrito no subitem, não foram identificadas pendências para regularização de dívidas constituídas em exercícios anteriores ao em análise.

15. Relativamente ao **subitem 3.1.1.2.9** (realização de dispensa com valor muito próximo ao limite permitido para a modalidade e indícios de conluio entre os concorrentes), conforme destacado pela Área Técnica, **não houve ilegalidade aparente**, uma vez que o valor contratado está dentro do limite previsto no art. 24, I, da Lei nº 8.666/1993. No que tange a possibilidade de aditivo contratual aventada pelo Controle Interno, o que majorar o contrato em valor superior ao especificado para a modalidade convite, isso não foi verificado no caso em concreto, aos menos consoante as informações trazidas pela STC.

16. Tendo em conta o **subitem 3.1.1.4.2** (realização de convite com valor muito próximo ao limite permitido para a modalidade), de forma preambular, cabe enfatizar que as situações em que houve fracionamento de licitações semelhantes para utilização de

* Processo nº 040.001.645/2009, apenso.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS — MK/LA/RV

Fls.:

Proc.: 18.416/11

Rubrica

convite, em detrimento de concorrência ou tomada de preços, serão abordadas na sequência deste Parecer, quanto da análise do **subitem 3.1.1.4.1** do Relatório de Auditoria nº 49/2011 - CONT/DIRAG, fl. 241*. Então o que ora analiso é a proximidade do valor licitado ao limite previsto art. 23, I, **a**, da Lei nº 8.666/1993. Nesse diapasão, considerando exclusivamente o valor das licitações mencionadas, **entendo não ter havido descumprimento a Lei de Licitações e Contratos**. Portanto, o subitem **não deve repercutir** no julgamento destas contas.

17. No que concerne ao **subitem 4.2.2** (bens móveis localizados fisicamente no setor e não relacionados no respectivo Termo de Guarda e Responsabilidade), conforme destacado pela Unidade Técnica, a vistoria que identificou os bens em locais não condizentes com os Termos de Guarda e Responsabilidade foi realizada em 03/12/2010, ou seja, **fora do exercício em análise**.

18. Em relação ao **subitem 4.2.3** (bens móveis relacionados no Termo de Guarda e Responsabilidade e não localizados fisicamente no setor), conforme descrição do subitem 4.2.2 do Relatório de Auditoria nº 49/2011 - CONT/DIRAG, fl. 253-v/254*, o levantamento do inventário de bens móveis da unidade foi realizado em **exercício diverso do apreciado**.

19. Considerando o contido no **subitem 4.3.1** (Ausência de controle no consumo de energia elétrica), a variação de consumo apontada pelo Controle Interno, por si só, não comprova a inadequação do uso dos serviços, até porque, restou demonstrada **redução de 10,85%** dos gastos totais de energia elétrica em relação ao exercício de 2008.

20. Quanto ao **subitem 6** (sindicâncias, processos administrativos Disciplinares e tomada de contas especial), a simples existência de sindicâncias em fase de apuração não representa, necessariamente, que houve omissão na apuração dos objetos em investigação. Ademais, conforme destacado pela Área Instrutiva, **parágrafo 3.3.1** da Informação nº 169/2013 - SECONT/1ª DICONTE, fl. 122 dos presentes autos, **não existem processos de TCE** envolvendo a jurisdicionada no âmbito da STC.

21. No que pertine ao **subitem 7** (diligências da Corregedoria-Geral do Distrito Federal e do Tribunal de Contas do Distrito Federal), a solicitação de auditoria mencionada pelo Controle Interno foi editada em 2010, ou seja, **após o exercício objeto destas contas**. Ademais, a STC não identificou recomendações do e. **TCDF** e da CGDF pendentes de atendimento.

22. Tendo em vista o **subitem 8** (situação dos dirigentes perante os cofres distritais), no que diz respeito à ausência das **Certidões**

* Processo nº 040.001.645/2010, apenso.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS — MK/LA/RV



*de Regularidade com a Fazenda do Distrito Federal, exigidas para o atendimento do contido no art, 140, IX, f, do Regimento Interno do c. TCDF, penso que a falha pode ser **relevada**, tendo em conta que tais documentos trazem débitos, em sua maioria, vincendos e de natureza tributária, que **não exercem influência no julgamento destas contas anuais**. Ademais, conforme expedientes às fls. 179/180*, a jurisdicionada envidou esforços para atendimento da citada exigência regimental.*

23. Em outro giro, **diversamente do Corpo Instrutivo**, entendo que os **subitens 3.1.1.3.2, 3.1.1.5.1, 3.1.1.5.4, 3.1.1.6.1 e 3.1.1.6.3 e 5.1 do Relatório de Auditoria nº 49/2011 – CONT/DIRAG, fls.228/261***, **não devem macular** a gestão dos responsáveis por estas contas anuais, seja com ressalva ou irregularidade.

24. No que tange ao **subitem 3.1.1.3.2** (irregularidade no recebimento definitivo da implantação do paisagismo), as impropriedades narradas no subitem, em minha opinião, foram resultado das deficiências na fiscalização e no recebimento da obra, o que foi colacionado no **subitem 3.1.1.3.1** do Relatório de Auditoria nº 49/2011 - CONT/DIRAG, fls. 228/261*. Diante disso, para evitar dupla penalização pelo mesmo motivo, entendo que este achado deve ser retirado da audiência dos responsáveis.

25. Quanto ao **subitem 3.1.1.5.1** (irregularidades no recebimento definitivo da obra de construção do Galpão do Artesão), conforme consta na descrição do subitem, parágrafo 121 do Relatório de Auditoria nº 49/2011 - CONT/DIRAG, fls. 246*, a obra foi recebida definitivamente em 6/10/2010, portanto, **fora do exercício objeto destas contas anuais**.

26. Concernente ao **subitem 3.1.1.5.4** (irregularidade no recebimento definitivo da obra de construção do galpão para horta comunitária), considerando que a equipe de auditoria não visualizou o interior da obra, no meu sentir, **não é possível verificar a compatibilidade da execução com o projeto básico**. Além disso, a destinação diversa da prevista no planejamento da contratação foi constatada em vistoria realizada após o exercício em análise. Nesse sentido, não houve caracterização de irregularidade ou impropriedade envolvendo o exercício a que se refere esta TCA.

27. Em relação ao **subitem 3.1.1.6.1** (impropriedades na elaboração do projeto básico), inicialmente, no que tange à identificação da empresa contratada no projeto básico, **discordo** da existência de irregularidade no procedimento adotado, pois o fundamento da contratação por inexigibilidade, com fulcro no art. 25, III, é justamente a consagração do **artista escolhido**, característica que inviabiliza a competição e conduz para a

* Processo nº 040.001.645/2010, apenso.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS — MK/LA/RV



escolha de um fornecedor específico, por meio de contratação direta prevista na legislação de regência.

28. Ainda, tenho por *escorreita* a justificativa da escolha do executante no projeto básico, pois essa identificação, imprescindível do cumprimento do art. 25 e 26, parágrafo único, da Lei nº 8.666/1993, depende da análise de mérito realizada pelo gestor contratante e não da área jurídica. Esta tem a incumbência de avaliar a legalidade das minutas de edital e contratos e não a razão da escolha do fornecedor, a teor do art. 38, § 1º, da Lei nº 8.666/1993.

29. No que diz respeito ao momento processual para realização da pesquisa de preço, entendo que deve suceder a elaboração do projeto básico, pois, como destacado pela STC, existe a necessidade de definir detalhadamente o objeto pretendido para, em seguida, realizar a pesquisa de preços. Nesses termos, **não vejo impropriedade** na utilização de notas contratuais ou contratos com datas posteriores à elaboração do projeto básico.

30. Diante de todo o exposto, entendo que não houve a caracterização de irregularidade neste subitem. Ademais, convém destacar que tramita nesta C. Corte o Processo nº 20.725/2012, com estudo para avaliar a legalidade da contratação de artistas com fulcro no art. 25 da Lei de Licitações, o qual ainda não foi apreciado pelo C. **Plenário**.

31. Quanto ao **subitem 3.1.1.6.3** (irregularidades nas declarações de exclusividade), de proêmio, destaco que a comprovação de exclusividade, por meio de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local, sindicato, federação ou confederação patronal é aplicável às contratações fundamentadas no art. 25, I, da Lei nº 8.666/1993, o que não é tratado neste subitem, que cuida de contratos com esteio no inciso III do mencionado artigo (inexigibilidade de licitação para a contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo).

32. Segundo as informações trazidas pela STC é possível identificar, conforme tabela 3.11, fl. 250^v, que houve apresentação de Declaração de Exclusividade, em atendimento ao dispositivo legal que fundamentou a inviabilidade de competição. Diante disso, entendo que não há irregularidade no procedimento adotado pela Administração Regional.

33. No que concerne ao **subitem 5.1** (demonstrativo da força de trabalho incompleto), o quadro demonstrativo da força de trabalho foi elaborada em atendimento à S.A nº 004/2010, sendo assim, **em exercício diverso do ora em análise**.

34. Superados os subitens que, no meu sentir, não devem influenciar o julgamento da gestão ora em análise, **passo ao**



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS – MK/LA/RV

Fls.:

Proc.: 18.416/11

Rubrica

exame dos achados do Controle Interno que apontam para a existência de **falhas graves** capazes de ensejar a convocação em audiência dos responsáveis, ante a possibilidade do julgamento irregular das contas, na forma do art. 17, inciso III, da Lei Complementar nº 1/1994.

35. Desta feita, entendo em harmonia com a análise efetuada na Secretaria de Contas no que tange ao reflexo de **irregularidade** ao julgamento das contas dos **subitens 3.1.1.1.2, 3.1.1.1.4, 3.1.1.1.5, 3.1.1.2.4, 3.1.1.2.5, 3.1.1.2.6, 3.1.1.2.7, 3.1.1.2.10, 3.1.1.2.11, 3.1.1.3.1, 3.1.1.4.1, 3.1.1.4.3, 3.1.1.4.5, 3.1.1.4.6, 3.1.1.4.8, 3.1.1.5.2, 3.1.1.5.3, 3.1.1.6.2 e 3.1.1.6.4** do Relatório de Auditoria nº 49/2011 – CONT/DIRAG, fls. 228/259*.

36. Considerando o noticiado no **subitem 3.1.1.1.2** (ausência de documento de homologação e adjudicação por autoridade competente), houve descumprimento de norma legal, qual seja o art. 38, VII, da Lei nº 8.666/1993. A juntada dessa documentação não se constitui em uma faculdade atribuída ao administrador, mas sim obrigação essencial que atesta o término do procedimento licitatório em que se cancela o cumprimento da norma de regência.

37. Em relação ao **subitem 3.1.1.1.4** (emissão de nota fiscal anterior à nota de empenho), a emissão de nota fiscal anterior ao empenho da despesa está em desacordo com o art. 42 do Decreto Distrital nº 16.098/1994, vigente à época das contas em exame. Além disso, uma vez que no processo em questão a nota de empenho substituiu o instrumento de contrato, houve afronta ao art. 62 da Lei nº 8.666/1993 e o procedimento de realização de despesa especificado no art. 60 e seguintes da Lei nº 4.320/1964.

38. No que concerne ao **subitem 3.1.1.1.5** (ausência de projeto básico), inicialmente, destaco que por se tratar de licitação na modalidade pregão, o documento que contém a definição do objeto e os elementos necessários para propiciar a avaliação do custo do objeto a ser licitado é o termo de referência, que se assemelha ao projeto básico. Sendo assim, vai de encontro ao previsto no art. 3º da Lei nº 10.520/2002 e do art. 8º do Decreto nº 3.555/2000.

39. No que tange ao **subitem 3.1.1.2.4** (ausência de pesquisa prévia de preços e de orçamento detalhado em planilhas), restou demonstrado descumprimento de norma legal, uma vez que a verificação do orçamento detalhado que expresse a composição dos custos unitários deve ser **prévia ao processo licitatório**, sendo realizada ainda na fase interna da licitação, conforme o art. 7º, § 2º, II, da Lei nº 8.666/1993. Ainda, conforme estabelecido no art. 43, IV, da Lei nº 8.666/1993, o procedimento licitatório e o julgamento das propostas devem ser processados **observando**

* Processo nº 040.001.645/2010, apenso.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS — MK/LA/RV

Fls.:

Proc.: 18.416/11

Rubrica

os preços praticados no mercado. Quanto ao tema, ressalto que o entendimento desta c. Corte é no sentido que a pesquisa prévia para verificação da adequação dos preços ofertados deve englobar ao menos três fornecedores, conforme as rr. Decisões nºs 8.661/1996, 538/2006 e 1.565/2007. Impende acrescentar que este é o mesmo entendimento assentado na jurisprudência do e. **Tribunal de Contas da União**, conforme o v. Acórdão nº 4.067/2009, **Segunda Câmara**, Rel. Min. **André Luís de Carvalho**, DOU de 14/8/2009.

40. Quanto ao **subitem 3.1.1.2.5** (ausência de atesto da nota fiscal por autoridade competente), o apontado configura descumprimento dos arts. 16 e 56 do Decreto nº 16.098/1994, que aprova as Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal, aplicável ao exercício em análise. Conforme os citados artigos, o executor ou responsável deveria certificar a execução da obra ou serviço. Ademais, o atesto da prestação do serviço pelo executor do contrato na primeira via do documento fiscal era **condição indispensável para a liquidação da despesa**. Nesta ocasião seria verificado o **direito adquirido** pelo credor, que é imprescindível para o pagamento das despesas, conforme art. 58 do decreto mencionado. Do mesmo modo, o descrito no subitem evidencia violação aos arts. 62 e 63 da Lei nº 4.320/1964, que também aborda a liquidação de despesa.

41. Tendo em conta o **subitem 3.1.1.2.6** (irregularidade na justificativa das contratações por meio de dispensa de licitação baseadas na Lei nº 8.666/1993 e Decretos nº 10.520/2002 e 5.504/2005), preambularmente, saliento que o emprego obrigatório da modalidade pregão, previsto no art. 1º, § 1º, do Decreto nº 5.504/2005, é aplicável às contratações de bens e serviços comuns, em decorrência de transferências voluntárias de recursos públicos da União por meio de convênios ou instrumentos congêneres, ou consórcios públicos, o que não é o caso das contratações objeto do item. Ressalto que a inteligência do art. 1º do Decreto nº 10.520/2002 estabelece a possibilidade de utilização de pregão para aquisição de serviços comuns, não sua utilização compulsória. Sendo assim, entendo que não houve afronta aos dispositivos legais mencionados, uma vez que a dispensa de licitação em razão do valor para compras está prevista no art. 24, II, da Lei nº 8.666/1993.

42. Todavia, no que tange à aquisição do mesmo produto por meio dos Processos nºs 306.000.062/2009, 306.000.053/2009 e 306.000.378/2009, há indicativo de **fracionamento irregular** das aquisições, pois para realização de licitações distintas para o mesmo produto, com vista a ampliar a competitividade, sem perda da economia de escala, **deve-se preservar a modalidade de licitação para execução do somatório do objeto**, nos termos do art. 24, § 1º e 2º, da Lei nº 8.666/1993, o que inviabilizaria a dispensa de licitação em razão do valor contratado, com fulcro no



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS — MK/LA/RV



art. 24, II, do referido diploma.

43. Levando em consideração o **subitem 3.1.1.2.7** (ausência de projeto básico e ausência de contrato de dispensa de licitação), inicialmente, consigno que a substituição do instrumento de contrato por nota de empenho é perfeitamente **possível**, nos termos do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, desde que os valores contratados não se enquadrem nas modalidades de concorrência e tomada de preços e haja observância, no que couber, do art. 55 da Lei de Licitações e Contratos.

44. Todavia, o narrado subitem aponta para **irregularidade relevante**, pois para contratações, mesmo com dispensa ou inexigibilidade de licitação, é obrigatória a observação do contido no art. 7º, § 2º, I, da Lei nº 8.666/1993, o qual determina que para realização de obras e serviços é imprescindível a existência de projeto básico, consoante o § 9º do citado artigo. A propósito, cito o v. Acórdão do c. TCU nº 4104/2009, **Segunda Câmara**, Rel. Min. **André Luís de Carvalho**, DOU de 14/8/2009.

45. Em relação ao **subitem 3.1.1.2.10** (falta de critérios e justificativas para a escolha das mudas utilizadas no projeto de paisagismo), a ausência de justificativa detalhada para escolha das mudas configura **descumprimento** do art. 6, IX, da Lei nº 8.666/1993. Todavia, em razão do valor envolvido, eventual prejuízo relacionado ao valor unitário das mudas adquiridas poderá ser apurado pela jurisdição por meio de **procedimentos sumários e econômicos**, nos termos do art. 12 da Resolução nº 102/1998, motivo pelo qual, entendo pertinente **determinação** deste e. **Tribunal** neste sentido.

46. Tendo em conta o **subitem 3.1.1.2.11** (composição do BDI incorreta), o BDI deve ser descomposto em itens unitários, a teor do art. 7º, § 2º, II, da Lei nº 8.666/1993, e Súmula nº 258 do e. TCU.

47. Ademais, o IRPF e CSLL sobre o lucro auferido **não poderiam** compor a proposta de preços, seja no BDI ou planilha orçamentária, pois são tributos diretos e personalíssimos que devem onerar pessoalmente o contratado e não a Administração Pública, em conformidade com item VIII da r. **Decisão** nº 623/2012 - **TCDF** e com a Súmula 254/2010 do e. **Tribunal de Contas da União**. Acrescento que os gastos relativos à administração local devem ser incluídos na planilha orçamentária e não no BDI, pois as despesas dessa natureza são perfeitamente quantificáveis. (e.g. r. **Decisão** nº 623/2012 - **TCDF**, Súmula TCU 254/2010 e vv. Acórdãos TCU nºs 1.286/2007 e 440/2008 - **Plenário**).

48. Todavia, o percentual de 1% previsto no art. 8º, §11, do Regulamento do ISS, Decreto Distrital nº 25.505/2005, é o valor que dever ser retido por ocasião de pagamentos pelo órgão



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS — MK/LA/RV



contratante e não a alíquota prevista para o serviço em questão, que é de 2%, conforme o art. 38, I, g, do RISS. Portanto, entendo que não houve irregularidade na indicação da alíquota do ISS.

49. Não obstante, em razão do valor do BDI, no importe de R\$ 3.281,25, conforme quadro demonstrativo à fl. 237*-v, penso que **eventual prejuízo** poderá ser apurado por meio de **procedimentos sumários e econômicos**, nos termos do art. 12 da Resolução nº 102/1998, o que poderá ser objeto de **determinação** desta c. Corte.

50. Quanto ao **subitem 3.1.1.3.1** (ausência de relatórios de acompanhamento do contrato elaborados pelo executor e do termo de recebimento definitivo), a ausência dos termos de recebimento definitivo das obras configura afronta ao contido no art. 73, I, **b**, da Lei nº 8.666/1993. Registro que eventuais impropriedades deveriam ser observadas no acompanhamento da execução ou no ato do recebimento das obras. Nestas ocasiões, cabia à Administração solicitar a correção das falhas verificadas, o que correria às expensas das empresas contratadas, em conformidade com o art. 69 da Lei nº 8.666/1993. Ademais, a ausência de Relatório de Acompanhamento do Contrato elaborado pelo fiscal representa descumprimento do art. 67, § 1º, da Lei nº 8.666/1993 e art. 13, II, do Decreto Distrital nº 16.098/1994, aplicável à época dos fatos.

51. No meu sentir, **o fato constitui falha grave**, pois, sem a existência da fiscalização das obras, trona-se inviável a verificação de irregularidades na execução, constatação que poderia, inclusive, constituir motivo para a rescisão do contrato por parte da Administração, nos termos do art. 78, I, II e VIII, da Lei de Licitações.

52. Consigno, ainda, que o regime jurídico aplicável aos citados contratos confere à Administração Pública a prerrogativa de fiscalizar a realização dos objetos pactuados, consoante o art. 58, III, da Lei nº 8.666/1993, também conhecida como cláusula exorbitante. Friso que esse direito **não é uma faculdade** conferida à Administração, mas sim um **dever**, conforme entendimento doutrinário há muito sedimentado¹.

53. Sobre o tema, cito a doutrina de **Marçal Justen Filho**²: "O regime de Direito Administrativo atribui à Administração o poder-dever de fiscalizar a execução do contrato (art. 58, III)".

54. Ressalto que a obrigação de fiscalizar a execução de obras e anotar a ocorrências relacionadas em registro próprio com o fito avaliar o que está sendo realizado para evitar ocorrências que

* Processo nº 040.001.645/2011, apenso.

¹ DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. São Paulo: Atlas, 2012, p. 280.

² JUSTEN FILHO, Marçal. **Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos**. São Paulo: Dialética, 2012, p. 934.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS — MK/LA/RV

Fls.:

Proc.: 18.416/11

Rubrica

possam causar danos ao Erário está sedimentada na jurisprudência desta c. **Corte de Contas** e do e. **Tribunal de Contas da União** (e.g. rr. **Decisões** 4.551/2003 e 5707/2006 - **TCDF** e vv. Acórdãos nº 2989/2010 e 1211/2011 - **Plenário - TCU**). Assevero, ainda, que, no meu modo de ver, a ausência de fiscalização propiciou a ocorrência das falhas verificadas na execução dos contratos objeto do Processo nº 306.000.075/2009, conforme anotado no **subitem 3.1.1.3.2** do Relatório de Auditoria nº 49/2011 - CONT/DIRAG, fls. 239-v/240*. Portanto, restou demonstrado que o subitem noticiou descumprimento de dispositivos legais e há **potencial prejuízo causado ao Erário**.

55. Em relação ao **subitem 3.1.1.4.1** (fracionamento de licitação de objetos de mesma natureza), ante a existência de obras semelhantes, realizadas no mesmo local e que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente, o art. 23, § 5º, da Lei nº 8.666/1993 impõe o somatório dos valores envolvidos nas contratações para adoção de modalidade de licitação mais complexa. Conforme destacado pelo Controle Interno, o sistema construtivo utilizado na execução dos projetos foi idêntico, portanto, fica clara a semelhança das obras.

56. Ademais, levando as obras foram realizadas uma ao lado da outra, está patente o conceito de mesmo local. No que tange ao período de realização, as licitações pertencem ao mesmo exercício, sendo assim, **não é improvável** aventar a possibilidade de realização conjunta e concomitante.

57. Cito desse modo, as lições de **Marçal Justen Filho**³: “devem considerar-se em conjunto bens e serviços que, embora materialmente distintos e que não possam ser considerados como partes integrantes de um único objeto, apresentem natureza semelhante e devem ser executados no mesmo local, desde que tal execução possa fazer-se conjunta e concomitantemente”.

58. Portanto, entendo que o valor das contratações **deveria ter sido somado** para a escolha da modalidade da licitação aplicável, de modo a se ampliar a competitividade. Sendo assim, tendo em conta que as contratações mencionadas pelo Controle Interno, fl. 241*-v, totalizaram R\$ 196.770,57, a jurisdicionada deveria ter realizado o procedimento licitatório nas modalidades de tomada de preços ou concorrência, nos termos do art. 23, I, **b**, e §§ 3º e 5º, da Lei nº 8.666/1993.

59. No que concerne ao **subitem 3.1.1.4.3** (ausência de pesquisa prévia de preços nas modalidades convite e dispensa), conforme estabelecido no art. 43, IV, da Lei nº 8.666/1993, o procedimento licitatório e o julgamento das propostas **devem** ser processados

* Processo nº 040.001.645/2010, apenso.

³ JUSTEN FILHO, Marçal. **Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos**. São Paulo: Dialética, 2012, p. 317



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS — MK/LA/RV



observando os preços praticados no mercado, inclusive para o caso de dispensa licitação.

60. Como já mencionado neste Parecer, o entendimento desta c. Corte é no sentido que a pesquisa prévia para verificação da adequação dos preços ofertados deve englobar ao menos três fornecedores, conforme as rr. Decisões nºs 8.661/1996, 538/2006, 1409/2006 e 1.565/2007. Além disso, os processos não foram instruídos com a composição de todos os custos unitários, inclusive o BDI e encargos sociais, o que está em desacordo com o art. 7, § 2º, II, da Lei nº 8.666/1993 e com a r. Decisão **TCDF** nº 4.033/2007 e com a Súmula nº 258 do c. **Tribunal de Contas da União**.

61. Tendo em vista o **subitem 3.1.1.4.5** (não observância de aspectos formais na condução dos procedimentos licitatórios), conforme bem observado pela Área Instrutiva, as ausências representam descumprimento do art. 21, § 2º, IV, art. 43, IV e § 2º, e art. 67, § 1º, da Lei nº 8.666/1993. Quanto ao descumprimento do art. 67, § 1º, ressalto que a fiscalização dos contratos constitui um poder-dever da administração, não podendo o gestor se eximir de realizá-la, conforme jurisprudência deste e. **TCDF** e do e. **TCU** já mencionada neste Parecer.

62. Considerando o **subitem 3.1.1.4.6** (ausência de recolhimento de caução em garantia contratual), o achado denota descumprimento do art. 56 da Lei de Licitação e Contratos e do princípio da vinculação ao instrumento convocatório, pois, conforme destacado pelo Controle Interno, a cláusula nona das contratações em questão exigia apresentação de garantia.

63. Levando em conta o **subitem 3.1.1.4.8** (inclusão, aceite e pagamento de itens da composição da bonificação de despesa indireta – BDI), a análise do **subitem 3.1.1.2.11** é aplicável ao acaso e suficiente para configurar a irregularidade deste subitem, inclusive quanto à **determinação** para instauração de **procedimentos sumários de investigação**.

64. No que tange ao **subitem 3.1.1.5.2** (irregularidade no recebimento definitivo da obra de construção de abrigo para ônibus), conforme aventado neste Parecer, a ausência dos termos de recebimento definitivo das obras configura afronta ao contido no art. 73, I, **b**, da Lei nº 8.666/1993.

65. Quanto ao **subitem 3.1.1.5.3** (irregularidade na obra de construção do módulo "B" da Administração Regional do SCIA – RAXXV), no que concerne a subutilização do imóvel em questão, penso que não deve influenciar o julgamento destas contas, uma vez que foi verificada em vistoria realizada em 15/12/2010.

66. Contudo, entendo relevante a **inadequação do projeto básico**, o que prejudicou a elaboração do orçamento detalhado do



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS — MK/LA/RV



custo global da obra, conforme prevê o art. 6º, IX, **f**, da Lei nº 8.666/1993.

67. Além disso, as divergências entre o projeto básico e a execução da obra denotam que houve **deficiência na fiscalização** da execução do contrato e no recebimento definitivo da obra, o que conflita com o art. 67, § 1º, e art. 73, I, **b**, da Lei nº 8.666/1993, fato que constitui **grave omissão** da Administração, conforme amplamente destacado neste Parecer.

68. Ademais, a retribuição pecuniária anterior à conclusão da obra configura descumprimento de norma de natureza contábil, contida nos arts. 53, 58 e 59 do Decreto Distrital nº 16.098/1994 e art. 62 e 63 da Lei nº 4.320/1964. Tais dispositivos tratam da proibição ao pagamento antecipado de despesas, o qual só **pode ocorrer após a regular liquidação da despesa**, que consiste na verificação do direito adquirido pelo credor. (v. Acórdãos nºs 103 e 157/2008, **Plenário – TCU**).

69. Tendo em vista o **subitem 3.1.1.6.2** (ausência ou falhas nas justificativas para a contratação por meio de inexigibilidade de licitação), a ausência de comprovação da exclusividade na representação do artista e de justificativa da escolha do fornecedor contrariam as exigências previstas no art. 25, III, da Lei 8.666/1993 e no Parecer PROCAD/PGDF nº 531/2008, os quais definem os requisitos para contratação por inexigibilidade de licitação de profissional do setor artístico.

70. No que pertine ao **subitem 3.1.1.6.4** (fraude em documentação relativa ao estatuto social do Sindicato dos Músicos do Distrito Federal), levando em conta que o estatuto social do sindicato foi utilizado para fulcrar a exclusividade na representação do artista, deve-se **avaliar** a fidedignidade desse documento.

71. Ainda quanto aos subitens que, segundo a 1ª DICONTE, podem implicar no julgamento irregular das contas, com a **devida vênia, penso diversamente da Unidade Técnica** quanto ao reflexo de ressalva atribuído aos **subitens 3.1.1.1.3, 3.1.1.2.3, 4.3.2 e 4.3.4** e de não influência imputado aos **subitens 3.1.1.1.6 e 5.2** do Relatório de Auditoria nº 49/2011 – CONT/DIRAG, fls. 228/259*, pois os fatos neles verificados, no meu modo de ver, **constituem falhas graves** na gestão da Região Administrativa XXV – Setor Complementar de Indústria e Abastecimento – durante o exercício de 2009. Explico.

72. Quanto ao **subitem 3.1.1.1.3** (comprovantes de débitos da contratada perante órgãos públicos), as empresas para serem habilitadas em processos licitatórios devem apresentar documentação relativa à regularidade fiscal, consoante o art. 27,

* Processo nº 040.001.645/2010, apenso.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS — MK/LA/RV

Fls.:

Proc.: 18.416/11

Rubrica

IV, da Lei nº 8.666/1993. Não obstante, por ocasião do pagamento das despesas, o órgão deve exigir a comprovação de regularidade fiscal, em observância ao contido no art. 195, § 3º, da CRFB, art. 29, III e IV, e art. 55, XIII, da Lei nº 8.666/1993. A propósito, cito os vv. Acórdãos do c. **TCU** nºs 1922/2003 e 645/2007 – **Plenário**, que também abordam a matéria.

73. Em relação ao **subitem 3.1.1.2.3** (débitos vencidos perante a Fazenda do DF e débitos relativos a tributos administrativos perante a RFB), a abordagem utilizada na análise do **subitem 3.1.1.1.3** é aplicável ao caso e suficiente para comprovar a irregularidade relacionada à ausência de comprovação de regularidade fiscal.

74. No que tange ao **subitem 3.1.1.1.6** (ausência de pesquisa prévia de preços e de orçamento detalhado em planilhas), compulsando as informações do **subitem 3.1.1.1** do Relatório de Auditoria nº 49/2011 - CONT/DIRAG, fls. 231/232, é possível identificar quais as contratações na modalidade de pregão foram analisados pelo Controle Interno, sendo esses os Processos nºs 306.000.049/2009, 306.000.051/2009, 306.000.053/2006, 306.000.185/2009 e 306.000.378/2009.

75. Sendo assim, superada a ausência de identificação dos processos, destaco que é **obrigatória** a elaboração prévia ao processo licitatório do orçamento detalhado que expresse a composição dos custos unitários, realizada ainda na fase interna da licitação, conforme o art. 7º, § 2º, II, da Lei nº 8.666/1993.

76. Além disso, conforme estabelecido no art. 43, IV, da Lei nº 8.666/1993, o procedimento licitatório e o julgamento das propostas devem ser processados observando os preços praticados no mercado, conforme jurisprudência deste e. **Tribunal** e do c. **TCU** já citadas neste Parecer.

77. Tendo em vista o **subitem 4.3.2** (débitos vencidos perante a fazenda do DF e débitos inscritos na dívida ativa da União referente aos pagamentos realizados à companhia de saneamento ambiental do distrito Federal no exercício de 2009), a abordagem utilizada na análise do **subitem 3.1.1.1.3** é aplicável ao caso e suficiente para comprovar a irregularidade relacionada à ausência de comprovação de regularidade fiscal.

78. No que pertine ao **subitem 4.3.4** (ausência de acompanhamento dos serviços de limpeza, conservação e vigilância armada), aplica-se ao caso o art. 7º da Portaria SGA-DF nº 29/2004, o qual prescreve que nos contratos de conservação, limpeza e de vigilância a execução recairá sobre uma comissão central, que supervisionará os executores locais, prestando-lhes a necessária assistência e orientação. Sendo assim, a fiscalização da avença deve ser realizada de forma compartilhada, o que envolve a unidade onde os serviços são prestados.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS — MK/LA/RV

Fls.:

Proc.: 18.416/11

Rubrica

79. Nesses termos, a ausência de relatório do executor local do contrato configura descumprimento dos dispositivos legais contidos no art. 67 da Lei nº 8.666/1993 e da Portaria nº 29/2004. Ressalto que a fiscalização dos contratos constitui um dever da administração, não podendo o gestor se eximir de realizá-la, conforme jurisprudência deste e. **TCDF** e do e. **TCU** e entendimento doutrinário já mencionados neste Parecer.

80. Relativamente ao **subitem 5.2** (descumprimento ao limite de preenchimento de cargos em comissão - Decisão TCDF n.º 2.469/2006), o Controle Interno aventou a possibilidade de preenchimento incorreto da tabela à fl. 258*. Diante disso, para análise do subitem utilizarei como parâmetro a força de trabalho sintetizada no quadro demonstrativo de fl. 69*. Sendo assim, é possível constatar que, de um total de 68 cargos comissionados disponíveis, 60 eram ocupados por servidores **sem vínculo efetivo** com a Administração Pública, o que representa 88,23%. Além disso, de um total de 68, apenas 5 servidores eram efetivos. Ademais, o quadro aponta que 3 estagiários ocupam cargos comissionados, o que **merece justificativa** da jurisdicionada. Com essas informações, mostra-se patente o descumprimento da norma constitucional que estabelece, como regra, o provimento de cargos públicos por meio de **concurso público**, conforme art. 37, II, da Carta Maior, postulado que foi repetido no art. 19, V, da LODF, no qual, inclusive, ficou estabelecido o percentual mínimo de 50% de cargos comissionados a serem ocupados por servidores efetivos, conforme a redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 50/2007.

81. A esse respeito, é importante frisar que a realização de concurso público para provimento de cargos públicos é a regra. **Contrário senso**, os cargos de livre provimento são exceção e se destinam exclusivamente às atribuições de direção, chefia e assessoramento, conforme art. 37, V, da CRFB. Portanto, é clara a incompatibilidade do verificado com as normas constitucionais, como o princípio da impessoalidade, materializado em uma de suas vertentes pelo acesso isonômico aos cargos públicos, uma vez que mais de 89% dos cargos comissionados do órgão são ocupados por servidor sem vínculo. Sendo assim, entendo que a prática é inconcebível, por ser absolutamente **incompatível** com o regramento constitucional pátrio.

82. Em tempo, trato dos itens que abordam **falhas de natureza formal**, as quais, no momento processual oportuno, se superadas as irregularidades levantadas anteriormente, deverão **implicar em ressalva** ao julgamento das contas dos agentes responsáveis, nos termos do art. 17, II, da Lei Complementar nº 1/1994.

83. Nesse diapasão, meu entendimento guarda concordância com o exposto pelo Corpo Instrutivo, quanto aos indicativos de

* Processo nº 040.001.645/2010, apenso.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS — MK/LA/RV



ressalva atribuídos aos **subitens 2.1, 2.2, 2.4.2, 3.1.1.1.1, 3.1.1.2.1, 3.1.1.2.2, 3.1.1.2.8, 3.1.1.4.4, 3.1.1.4.7 e 4.4.1** do Relatório de Auditoria nº 49/2011 – CONT/DIRAG, fls. 228/261*.

84. Em relação ao **subitem 2.1** (conta contábil permissionários à receber sem registro e acompanhamento), muito embora o recolhimento das taxas de ocupação seja competências da SEFAZ, cabe ao jurisdicionado o controle dos créditos por meio da conta contábil nº 112192500 do sistema SIGGO.

85. No que tange ao **subitem 2.2** (contratos com terceiros com pendências), preliminarmente, destaco que com a aprovação do Plano de Contas Aplicável ao Setor Público, obrigatório para o Distrito Federal, a partir de 2012, conforme a Portaria STN nº 751, de 16/12/2009, houve supressão dos grupos de contas do ativo e passivo compensado, iniciadas em 1.9 e 2.9, respectivamente. Essas contas foram englobadas a outras classes de contas, entre elas a de controles devedores, código 7, e controles credores, código 8.

86. Após essa introdução, destaco que, por meio de consulta ao SIGGO, é possível perceber que a jurisdicionada, em janeiro de 2011, promoveu a transposição do saldo de R\$ 148.858,96 da **conta contábil 199730201 – Contratos com terceiros** – para a **conta contábil nº 712310200 – Contratos de Serviços**. Todavia, o que deve ser analisado é a existência de saldo contábil na **conta nº 199730201** para contratos com vigência já expirada **durante o exercício de 2009**, o que é possível verificar cotejando as informações dessa conta com a lista de contratos do órgão no sistema SIGGO. Portanto, ficou caracterizada a **falha formal**.

87. No que concerne ao **subitem 3.1.1.1.1** (falhas formais no procedimento de autuação, protocolo e assinatura do processo), a falha representa descumprimento dos Decretos Distritais nºs 20.940/1999 e 31.017/2009, que tratam da gestão de documentos Oficiais do Governo do Distrito Federal. Todavia, não foram levantados maiores prejuízos na instrução processual decorrentes da impropriedade, a exemplo do extravio de folhas e documentos anexados ao processo. Sendo assim, o apontado caracteriza apenas falha formal passível de saneamento, sem caracterização de prejuízo ao erário.

88. Tendo em conta o **subitem 3.1.1.2.1** (falhas na autuação, protocolo e assinatura de processos), a exemplo do subitem tratado no parágrafo anterior, a falha aborda descumprimento das normas relacionadas à instrução processual. Todavia, não ficou evidenciada a existência de dano.

89. Relativamente ao **subitem 3.1.1.2.2** (ausência de justificativa para a contratação do bem ou serviço e impropriedades na

* Processo nº 040.001.645/2011, apenso.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS — MK/LA/RV

Fls.:

Proc.: 18.416/11

Rubrica

caracterização do objeto), a ausência de elementos necessária para caracterização do objeto licitado representa descumprimento do art. 6º, IX, da Lei nº 8.666/1993. Todavia, não ficou evidenciado que a impropriedade ocasionou aquisição que não atendeu aos interesses da Administração.

90. No que se refere ao **subitem 3.1.1.2.8** (impropriedades em notas de empenho, notas fiscais e ordem bancária dos contratos realizados), a ausência de nota de empenho no Processo nº 306.000.003/2009 configura apenas falha formal, pois, conforme destacado pelo Controle Interno, houve o ato que cria a obrigação para a Administração no sistema SIGGO. Além disso, nos termos da instrução da Área Técnica, a substituição do instrumento de contrato pela nota de empenho é legalmente possível, consoante o art. 62 da Lei nº 8.666/1993. Diante do exposto, a ausência de descrição dos itens na nota de empenho substitutiva (2009NE00076) constitui apenas falha, até porque, os bens estão detalhados no documento contábil substituído, qual seja, a nota de empenho 2009NE000048.

91. Em relação ao **subitem 3.1.1.4.4** (erros na numeração das folhas dos processos e ausência de numeração), a exemplo do **subitem 3.1.1.1.1**, a falha aborda descumprimento das normas relacionadas à instrução processual. Contudo, não ficou evidenciada a existência de dano.

92. Quanto ao **subitem 3.1.1.4.7** (ausência de comprovação de aquisição de materiais no pagamento de obras de engenharia), os arts. 52 e 56 do Decreto Distrital nº 16.098/1994, aplicável ao exercício em exame, estabelecem que nas contratações de obras é exigível a comprovação da execução desse objeto, sendo o recebimento de materiais destinado aos processos de compras. Entretanto, o orçamento detalhado que expressa a composição dos custos unitários é de observação obrigatória, conforme o art. 7º, § 2º, II, da Lei nº 8.666/1993, razão pela qual entendo que a ausência de comprovação da aquisição de materiais pode ensejar ressalva ao julgamento das contas, em harmonia com o entendido pelo Controle Interno e pela Unidade Técnica.

93. Em relação ao **subitem 4.4.1** (ausência de controle dos permissionários de área pública), a verificação de lista desatualizada de cadastro de feirantes, quiosques ou similares representa impropriedade nos controles das permissões de uso de área pública do órgão. Ademais, em que pese a arrecadação das tarifas ser de responsabilidade da AGEFIS, o cadastro desatualizado dos permissionários prejudica o controle dos valores por meio da **conta contábil nº 112192500 - Permissionário a Receber**.

94. Dando continuidade à análise dos achados do Controle Interno, **divirjo** do posicionamento da Área Técnica no sentido de que os **subitens 4.1.1 e 4.3.3.2** do Relatório de Auditoria nº



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS — MK/LA/RV



49/2011 — CONT/DIRAG, fls. 228/261*, **não têm influência nestas contas anuais**. No meu modo de pensar, os mencionados subitens são **falhas de natureza formal**, que, no momento processual oportuno, devem implicar em **ressalva** ao julgamento das contas dos responsáveis por sua ocorrência.

95. Em relação ao **subitem 4.1.1** (Bens Imóveis pendentes de regularização), a intempestividade no registro de incorporação dos bens configura falha formal na gestão contábil da pasta.

96. No que tange ao **subitem 4.3.3.2** (ausência de relatório de acompanhamento do consumo de telefonia fixa), entendo que a ausência de mecanismos de controle para aferição de ligações particulares pode ocasionar prejuízo ao Erário e denota fragilidade nos controles internos da unidade. Cabe destacar que a jurisdicionada deve buscar o ressarcimento das ligações realizadas por interesse particular, as quais devem ser arcadas pelo servidor que originou as chamadas, conforme o art. 55, § 3º, do Decreto Distrital nº 16.098/1994, aplicável ao exercício em análise. Sendo assim, entendo que o subitem é passível de ressalva ao julgamento das contas.

97. Superada a análise dos pontos de auditoria da gestão, em tempo, entendo **conveniente e oportuno** destacar que o Processo nº 11.929/2009, que fundamentou o sobrestamento da análise das contas da jurisdicionada do exercício anterior ao que se analisa, **não deve influenciar** o julgamento destas contas, pois a feito aborda convites realizados pela RA XXV durante o exercício de 2008.

98. Diante disso, conforme salientado pelo Corpo Instrutivo, em consulta ao Sistema de Protocolo e Acompanhamento Processual desta e. Corte (e-TCDF), é possível verificar que inexistem feitos com o condão de **influenciar** a apreciação das presentes contas anuais.

99. Ainda, concordo com a conclusão da Área Técnica de que o curto período de gestão, dos responsáveis Abrão Moreira da Silva e Alceu Prestes de Mattos, é **incompatível** com as falhas verificada. Portanto, as contas desses gestores devem, no momento processual oportuno, ser **julgadas regulares**, nos termos do art. 17, I, da Lei Complementar nº 1/1994. Diante disso, conforme a r. Decisão nº 50/1998 deste e. TCDF e o disposto no art. 18 c/c o art. 24, I, da Lei Complementar nº 1/1994, os citados responsáveis devem ser considerados quites com o Erário, com relação às presentes contas.

100. No que tange às contas dos **Agentes de Material**, em harmonia com o Corpo Instrutivo, entendo que os agentes de material indicados no parágrafo 2.2 da Informação nº 169/2013 —

* Processo nº 040.001.645/2011, apenso.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS — MK/LA/RV



SECONT/1ª DICONTE, fl. 121 dos presentes autos, devem ter suas contas julgadas **regulares** por este e. **Tribunal**, haja vista que não foram verificadas falhas que comprometem a gestão desses responsáveis, consoante o **parágrafo 5.3** da Informação já mencionada. Diante disso, no momento oportuno, conforme a r. Decisão nº 50/1998 deste e. **TCDF** e o disposto no art. 18 c/c o art. 24, I, da Lei Complementar nº 1/1994, os citados responsáveis devem ser considerados quites com o Erário, com relação às presentes contas.

101. Ainda, consigno que, em razão das atribuições estabelecidas nos arts. 53 e 63 do Decreto nº 16.247/1994, que aprova, entre outros, o Regimento Interno da jurisdicionada em questão, os **subitens** mencionados nos **parágrafos 35 e 71** deste parecer, que tratam de **falhas graves**, devem ensejar **convocação em audiência** dos senhores nominados no parágrafo 2.1 do Relatório de Auditoria nº 169/2013 – SECONT/1ª DICONTE, ante a **possibilidade do julgamento irregular de suas contas**, exceto aqueles mencionados no parágrafo 96 de parecer.

102. Em síntese, o posicionamento deste **Parquet** especializado é o seguinte.

103. No meu modo de ver, os **subitens 2.4.3, 3.1.1.1.2.9, 3.1.1.2.12, 3.1.1.3.2, 3.1.1.4.2, 3.1.1.5.1, 3.1.1.5.4, 3.1.1.6.1, 3.1.1.6.3, 4.2.2, 4.2.3, 4.3.1, 5.1, 6, 7 e 8** do Relatório de Auditoria nº 49/2011 – CONT/DIRAG, fls. 228/259*, **não devem influenciar** o julgamento destas contas anuais.

104. Por sua vez, considerando que os **subitens 3.1.1.1.2, 3.1.1.1.3, 3.1.1.1.4, 3.1.1.1.5, 3.1.1.1.6, 3.1.1.2.3, 3.1.1.2.4, 3.1.1.2.5, 3.1.1.2.6, 3.1.1.2.7, 3.1.1.2.10, 3.1.1.2.11, 3.1.1.3.1, 3.1.1.4.1, 3.1.1.4.3, 3.1.1.4.5, 3.1.1.4.6, 3.1.1.4.8, 3.1.1.5.2, 3.1.1.5.3, 3.1.1.6.2, 3.1.1.6.4, 4.3.2, 4.3.4 e 5.2** do Relatório de Auditoria nº 49/2011 – CONT/DIRAG, fls. 228/259*, tratam de **irregularidades graves**, pugna para que o e. **Tribunal** delibere por **convocar em audiência pela irregularidade das contas os responsáveis indicados no parágrafo 2.1 da Informação nº 169/2013 – SECONT/1ª DICONTE**, ante a possibilidade do julgamento irregular de suas contas, nos termos do art. 13, III, da Lei Complementar nº 1/1994.

105. Ainda, entendo que os **subitens 2.1, 2.2, 2.4.2, 3.1.1.1.1, 3.1.1.2.1, 3.1.1.2.2, 3.1.1.2.8, 3.1.1.4.4, 3.1.1.4.7, 4.1.1, 4.3.3.2 e 4.4.1** do Relatório de Auditoria nº 49/2011 – CONT/DIRAG, fls. 228/261*, apontam para **falhas de natureza formal**, que, no momento processual oportuno, se afastadas as irregularidades mencionadas no parágrafo anterior, deverão ensejar a **aposição de ressalvas** à regularidade das contas dos agentes

* Processo nº 040.001.645/2011, apenso.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS — MK/LA/RV



responsáveis por sua ocorrência.

106. No que tange à regularidade das ações dos Agentes de Material, entendo, em harmonia com a Área Técnica, que as contas dos responsáveis citados no parágrafo 2.2 da instrução da área técnica, fl. 121 dos presentes autos, no momento oportuno, podem ser julgadas regulares, nos termos do art. 17, inciso I, da Lei Complementar nº 1/1994.

107. Ainda, os responsáveis Abrão Moreira da Silva e Alceu Prestes de Mattos, também no momento processual adequado, devem ter suas contas **julgadas regulares**, nos termos do art. 17, I, da Lei Complementar nº 1/1994.

108. Diante disso, aqueles responsáveis indicados nos parágrafos 106 e 107 anteriores, conforme a r. Decisão nº 50/1998 deste e. **TCDF** e o disposto no art. 18 c/c o art. 24, I, da Lei Complementar nº 1/1994, devem ser considerados quites com o Erário, com relação às presentes contas.

109. Também, conforme bem destacou a Unidade Técnica, penso que este c. **Tribunal** deve **determinar** ao jurisdicionado que informe quais as providências adotadas para a regularização dos **bens móveis não localizados**, indicados no **subitem 1.1** do Relatório de Bens Móveis nº 32/2010 – NUREP-GERES-DGPAT-SUPRI/SEPLAG, fl. 122*, e no **subitem 4.2** do Relatório de Auditoria nº 49/2011 – CONT/DIRAG, fls. 252-v/253*.

110. Além disso, considerando os **subitens 3.1.1.2.10, 3.1.1.2.11 e 3.1.1.4.8** do Relatório de Auditoria nº 49/2011 – CONT/DIRAG, fls. 237/239*, entendo que eventual prejuízo relacionado ao valor unitário das mudas adquiridas ou à composição irregular do BDI, tendo em conta os valores envolvidos, deverá ser **apurado pela jurisdicionada por meio de procedimentos sumários e econômicos**, nos termos do art. 12 da Resolução nº 102/1998.

111. Ante o exposto, este **Ministério Público de Contas** tem entendimento **parcialmente convergente** com as conclusões apresentadas pela zelosa Unidade Técnica.”

É o Relatório.

* Processo nº 040.001.645/2011, apenso.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS — MK/LA/RV



VOTO

8. Cuidam os autos da Tomada de Contas Anual dos Ordenadores de Despesa, Agentes de Material e demais responsáveis da Administração Regional do Setor Complementar de Indústria e Abastecimento – RA XXV, referente ao exercício de 2009.

9. Diante das falhas constatadas, o Corpo Instrutivo e o Ministério Público pugnam pela regularidade das contas de alguns responsáveis e pela audiência de outros. Os Pareceres divergem apenas quanto aos pontos ensejadores de esclarecimentos.

10. Tenho por pertinentes as considerações apresentadas pelo **Parquet** especial, exceto quanto à inclusão do subitem 5.2 do Relatório de Auditora nº 49/2011 – CONT/DIRAG (descumprimento do limite de preenchimento dos cargos em comissão) no rol de falhas merecedoras de esclarecimentos.

11. No que tange à matéria referente ao cumprimento do limite de preenchimento de cargos em comissão, tenho reiteradamente manifestado meu entendimento de que tal questão refoge à competência dos dirigentes dos órgãos e entidades da Administração Distrital, uma vez que se caracteriza como competência do Chefe do Poder Executivo do DF. Além disso, a matéria já foi elevada ao nível superior do Poder Executivo, cuja última decisão é de 15.2.2011 (Decisão nº 306/11-CRCC⁴).

12. Em que pese o laconismo dos achados de auditoria (a maioria de índole contábil) sobre os quais se propõe a audiência dos responsáveis, o que chama à atenção é o fato de uma Administração Regional (sem personalidade jurídica própria) ter débitos inscritos na Dívida Ativa da União. Também não há referência expressa aos fatos concretos sobre os quais se faz ressalva.

⁴ DECISÃO Nº 306/11-CRCC: “O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento: 1) do Ofício/Terracap nº 327/20 - PRESI e da documentação que o acompanha (fls. 835 a 840); 2) do Ofício/MPC nº 163/10 - CF e de seus anexos (fls. 842 a 846); 3) do Ofício/MPC nº 196/10 - CF e de seus anexos (fls. 853/873); 4) do Ofício nº 013/2011-MPC/PG e de seu anexo (fls. 874/875); 5) do Decreto nº 32.724/2011 (fl. 876), que Constituiu Comissão de Reestruturação dos Cargos em Comissão do Governo do Distrito Federal; II - nos termos do § 5º do art. 200 do Regimento Interno desta Corte, considerar que foi prorrogado, até 13.12.2010, o prazo da Terracap para se desincumbir das obrigações a ela impostas pela Decisão nº 3521/09; III - dar por cumprido o item III da Decisão nº 7384/09; IV - determinar à 5ª ICE que encaminhe cópia das principais peças deste processo ao Excelentíssimo Senhor Governador e a todos os órgãos e entidades do Complexo Administrativo do Distrito Federal, para as providências cabíveis, que deverão ser adotadas com a urgência que o caso requer. Deixaram de atuar nos autos a Senhora Presidente, Conselheira ANILCÉIA MACHADO, por força do art. 63 do RI/TCDF, c/c o art. 135, parágrafo único, do CPC, e o Conselheiro INÁCIO MAGALHÃES FILHO, por força do art. 134, inciso II, do CPC.”



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS — MK/LA/RV



Com estes esclarecimentos, de acordo, em parte, com o **Parquet** especial, VOTO no sentido de que o Tribunal:

I. tome conhecimento da Tomada de Contas Anual dos gestores e demais responsáveis da Administração Regional do Setor Complementar de Indústria e Abastecimento – RA XXV, referente ao exercício de 2009;

II. determine à Administração Regional do Setor Complementar de Indústria e Abastecimento – RA XXV que, no prazo de 30 (trinta) dias, informe se foram adotadas as providências cabíveis, tendo em vista a constatação registrada no subitem 4.2 do Relatório de Auditoria nº 49/2011-CONT/DIRAG (bens móveis não localizados);

III. autorize, nos termos do art. 13, inciso III, da Lei Complementar nº 1/1994, a audiência dos servidores relacionados no parágrafo 8.3 da Informação nº 169/2013-SECONT/1ªDICONTE para que, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentem razões de justificativa, quanto às seguintes irregularidades apontadas no Relatório de Auditoria nº 49/2011-CONT/DIRAG, ante a possibilidade de terem suas contas julgadas irregulares e de ser-lhes aplicada a penalidade prevista no art. 57, inciso I, da Lei Complementar nº 1/94:

a) subitem 3.1.1.1.2 - Ausência de documento de homologação e adjudicação por autoridade competente;

b) subitem 3.1.1.1.3 - Comprovantes de débitos da contratada perante órgãos públicos;

c) subitem 3.1.1.1.4 - Emissão de nota fiscal anterior à nota de empenho;

d) subitem 3.1.1.1.5 - Ausência de projeto básico;

e) subitem 3.1.1.1.6 - Ausência de pesquisa prévia de preços e de orçamento detalhado em planilhas;

f) subitem 3.1.1.2.3 - Débitos vencidos perante à Fazenda do DF e débitos relativos a tributos



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS — MK/LA/RV



administrativos perante a FRB;

g) subitem 3.1.1.2.4 - Ausência de pesquisa prévia de preços e de orçamento detalhado em planilhas;

h) subitem 3.1.1.2.5 - Ausência de atesto da nota fiscal por autoridade competente;

i) subitem 3.1.1.2.6 - Irregularidades na justificativa das contratações por meio de dispensa de licitação baseadas na Lei nº 8.666/1993 e Decretos nº 10.520/2002 e 5.504/2005;

j) subitem 3.1.1.2.7 - Ausência de projeto básico e ausência de contrato de dispensa de licitação;

k) subitem 3.1.1.2.10 - Falta de critérios e justificativas para a escolha das mudas utilizadas no projeto de paisagismo;

l) subitem 3.1.1.2.11 - Composição do BDI incorreta;

m) subitem 3.1.1.3.1 - Ausência de relatórios de acompanhamento do contrato elaborados pelo executor e do termo de recebimento definitivo;

n) subitem 3.1.1.4.1 - Fracionamento de licitação de objetos de mesma natureza;

o) subitem 3.1.1.4.3 - Ausência de pesquisa prévia de preços nas modalidades convite e dispensa;

p) subitem 3.1.1.4.5 - Não observância de aspectos formais na condução dos procedimentos licitatórios;

q) subitem 3.1.1.4.6 - Ausência de recolhimento de caução em garantia contratual;

r) subitem 3.1.1.4.8 - Inclusão, aceite e pagamento de itens da composição de despesa indireta;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS — MK/LA/RV



s) subitem 3.1.1.5.2 - Irregularidades no recebimento definitivo da obra de construção abrigo para ônibus;

t) subitem 3.1.1.5.3 - Irregularidades na obra de construção do módulo "B" da Administração Regional do SCIA – RAXXV;

u) subitem 3.1.1.6.2 - Ausência ou falhas nas justificativas para a contratação por meio de inexigibilidade de licitação;

v) subitem 3.1.1.6.4 - Fraude em documentação relativa ao estatuto social do sindicato dos músicos do Distrito Federal;

w) subitem 4.3.2 - Débitos vencidos perante a Fazenda do DF e débitos inscritos na Dívida Ativa da União referente aos pagamentos realizados à Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal no exercício de 2009;

x) subitem 4.3.4 - Ausência de acompanhamento dos serviços de limpeza, conservação e vigilância armada;

IV. autorize a devolução dos autos à Secretaria de Contas para adoção das providências cabíveis.

Sala das Sessões, 17 de junho de 2014.

JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS
Conselheiro - Relator

Distribuição de cópias antecipadas (RI/TCDF, art. 54, II).